

Um olhar sobre o projeto político e pedagógico escolar

Ana Vérica de Araújoⁱ 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Crateús, CE, Brasil

Resumo

O projeto pedagógico de cada escola básica é um documento a ser elaborado de forma conjunta entre todos aqueles que fazem parte das atividades da escola, envolvendo todos os segmentos e considerando o papel de cada um, valorizando a sua importância. Entretanto, nem sempre ele é tratado dessa forma, o que levou à necessidade de aprofundar essa questão, compreender sua importância e influência na educação, além de sua aplicação no âmbito escolar. Para isso, buscou-se conhecer o planejamento macro adotado por uma escola pública da rede estadual de ensino cearense, através da análise do seu Projeto Político e Pedagógico. A partir dessa análise, foi possível perceber que o Projeto Pedagógico, em vez de ser um instrumento que norteie as ações da escola, embasando práticas e mudanças educacionais e sociais, é apenas um documento feito para cumprir protocolos.

Palavras-chave: Planejamento Escolar. Projeto Político-Pedagógico. Educação Básica.

A look at the political and pedagogical school project

Abstract

The educational project of each school is a basic document to be drawn up jointly by all those who are part of the school activities, involving all segments and considering the role of each, valuing its importance. However, it is not always treated in this way, which led to the need to deepen this issue, to understand its importance and influence on education, in addition to its application in the school environment. For this, we sought to know the macro planning adopted by a public school in the state education system in Ceará, through the analysis of its Political and Pedagogical Project. From this analysis, it was possible to see that the Pedagogical Project, instead of being an instrument that guides the actions of the school, supporting educational and social practices and changes, is just a document made to comply with protocols.

Keywords: School Planning. Political-Pedagogical Project. Basic Education.

1 Introdução

Qualquer que seja a atividade de planejamento realizada na escola, deve-se tomar como base, inicialmente, os princípios, as ações e as concepções assumidas pela instituição de ensino e seus segmentos, para que assim, se possa ver e pensar,

de forma ampla, sobre o que é feito e o que se faz necessário ser realizado na mesma. Gandin e Cruz (2011, p. 9) consideram a escola o “centro promotor do crescimento da comunidade e instituição social portadora de um projeto político-social próprio (de contribuição à construção de uma sociedade desejada).” Esse projeto é o Projeto Político e Pedagógico (PPP) que toda escola deve possuir. Ele é como a constituição de um país (só que em menor escala e mais restrito a certas realidades), determinando os princípios e metas a seguir.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), um projeto pedagógico escolar tornou-se a grande proposta educacional, embora seja despercebido pela maioria das pessoas que trabalham nas escolas segundo Gandin e Cruz (2011). Para esses, “não há processo educativo que se efetive sem um projeto social condutor (um futuro desejável para a sociedade)” (Ibid., p. 20).

O PPP é hoje um documento que, apesar de disponível ao público, alguns professores e uma parcela (ou quase toda) da comunidade não conhecem. Como tal, não sabem da importância desse documento para o exercício devido das atividades na escola e a transformação que essas atividades devem gerar nos alunos, funcionários, corpo docente e na comunidade em geral. Como coloca Calazans (2001, p. 15) “o planejamento é um ato de intervenção técnica e política”. Cabe aos trabalhadores da educação saber como executá-lo, como usá-lo em benefício da escola e da formação escolar e cidadã de seus alunos.

Toda forma de conhecer uma realidade, para nela intervir, pressupõe uma determinada concepção desta realidade; [...] Sem essa clareza correm-se dois riscos, que comprometem o projeto político em curso: ou se reproduzem antigas formas de intervenção, ou se cai nos modismos. (KUENZER, 2001, p. 63)

O PPP é um documento que deve ser elaborado de forma conjunta entre todos que fazem parte das atividades da escola, deve envolver todos os segmentos e considerar o papel de cada um, valorizando sua importância. Sua avaliação deve ser feita periodicamente pelos sujeitos envolvidos e, se preciso, algumas modificações e/ou atualizações em sua estrutura podem (e devem) ser aplicadas. Para isso, Gandin e Cruz (2011, p. 34) acreditam que o grupo de professores e a

gestão escolar devem responder ao seguinte questionamento base: o texto do PPP “tem suficiente clareza, precisão, consistência, riqueza para servir de base para um diagnóstico na sala de aula e para gerar prática (ações, atitudes, regras e rotinas) para todo um ano letivo?” Apresentar respostas positivas a esse questionamento deve ser o objetivo daqueles responsáveis pelo planejamento coletivo na escola e comprometidos com a qualidade educacional. Afinal, “uma boa proposta ideal de trabalho, alicerçada na teoria, só será possível com reflexão e trabalho” (Ibid. p. 40).

O PPP não é um documento feito para ficar armazenado nas gavetas da secretaria da escola, deve ser um norte, um instrumento de articulação entre o que a escola faz e se determinou a fazer. É importante lembrar também, que o plano de aula feito individualmente pelo professor, faz parte do processo de planejamento da escola, ou seja, de um conjunto. Deve-se, portanto, considerar a importância do PPP e o que ele propõe nas pequenas atividades desenvolvidas. Pois, como coloca Kuenzer (2001, p. 66), geralmente

[...] privilegia-se a parte, setorializando-se a realidade e nela intervindo parcialmente, sem considerar suas relações com a totalidade, ou adota-se um enfoque de macroplanejamento, privilegiando-se o todo sem que se perceba a especificidade da parte e suas formas de articulação com o todo.

Nessa perspectiva, foi possível perceber a necessidade de aprofundar o tema em questão, compreender sua importância e influência na educação, além de sua aplicação no âmbito escolar. Para isso, buscou-se nesse trabalho, conhecer a forma de planejamento adotada por uma escola pública da rede estadual de ensino cearense, através da análise do seu PPP. Por se tratar de um documento que norteia as atividades educacionais da instituição escolar e ser fruto de um trabalho conjunto de elaboração, planejamento e estudo, analisá-lo serve como base para averiguação das ações pedagógicas realizadas por coordenadores e professores e demonstrará como a escola se organiza, seus princípios norteadores, suas metas e a forma como age diante da realidade em que está inserida. Todas as ações da escola devem estar intimamente vinculadas ao que propõe esse documento.

2 Metodologia

4

Essa pesquisa, de abordagem qualitativa, foi concebida por meio de uma análise documental, que se fez com a interpretação do PPP da escola campo de pesquisa, uma instituição pública estadual situada no interior (porém, em zona urbana) do estado do Ceará e que abrange o nível médio regular de ensino, atendendo adolescentes e jovens nos três turnos de funcionamento. Esse documento, próprio da escola, foi adquirido por intermédio da coordenação pedagógica da instituição de ensino. De acordo com Gil (1991) e Severino (2007), o conteúdo desse tipo de documento – neste caso, o PPP – constitui matéria-prima a partir da qual o pesquisador, com o seu olhar clínico, vai desenvolver seu trabalho de análise e investigação.

Para a análise dos dados contidos no PPP da instituição, foram seguidas, de forma sistemática, as etapas da metodologia de análise de conteúdo, aqui usada como técnica de análise de dados, propostas por Bardin (1977) e reproduzidas no texto de Triviños (1987). São elas: Pré-análise, na qual a organização do material coletado acontece; Descrição analítica, onde os documentos são submetidos a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos, buscando sínteses semelhantes e contrárias de ideias; e Interpretação referencial que, por sua vez, acontece por meio das relações estabelecidas entre a reflexão, a intuição, embasadas nos materiais empíricos, com a realidade dos sujeitos estudados, aprofundando ideias e chegando, se possível, a propostas básicas de mudanças.

A revisão bibliográfica, feita nesta pesquisa, visou o conhecimento detalhado do assunto tratado. Ela coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre o assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003). Nela, parte-se das contribuições dos autores e dos seus estudos constantes nos textos (SEVERINO, 2007).

3 Resultados e Discussões

O PPP é um documento que deve ser denso e constituir o ponto de partida para toda e qualquer atividade na escola, seja ela coletiva ou individual. O planejamento dos professores deve ser guiado por esse documento, feito pelo grupo de sujeitos e segmentos vigentes da escola.

Observando o conteúdo do PPP em análise, é possível perceber que este, além do histórico da escola, dos recursos materiais e humanos que a compõem, possui ainda marcos Referencial, Situacional, Doutrinal e Operativo, propostas de autores como Gandin e Cruz (2011) e Vasconcelos (1995) para um planejamento participativo na escola. O PPP da instituição abordada aqui apresenta, no entanto, inicialmente, apenas a definição de marco Referencial, o que indica a ausência de conhecimento quanto à própria forma de elaboração e estruturação escolhida na literatura para o PPP. O marco Referencial, como propõe Gandin e Cruz (2011), é a própria filosofia da escola, esboçada em seu PPP, o que não é apresentada na redação do Projeto em análise. O marco Situacional é o olhar do grupo de professores, pais e alunos sobre a realidade ampla aos quais estão inseridos (GANDIN; CRUZ, 2011). No caso do PPP em estudo, esse marco é abordado de forma geral, sem focar na localidade em que a escola está presente e na realidade de seus alunos. Esse marco serve, por exemplo, para que os professores articulem o conteúdo de ensino à realidade concreta em que a escola se insere, para uma mudança de atuação dentro da sociedade.

MARCO SITUACIONAL

a) *A Sociedade que temos: Sociedade marcada pelo elevado fluxo de informações, pelo consumismo e pela economia globalizada que favorece as desigualdades sociais.*

b) *A Educação que temos nessa sociedade: Uma educação que não dá conta das necessidades humanas, das transformações científico-tecnológicas, do elevado fluxo de informações (PPP da escola pesquisada).*

A forma como está estruturado o PPP e, principalmente, como se encontra o seu conteúdo, revela um trabalho distante do cotidiano da escola. Ademais, outro ponto a ser destacado é que o fruto de um trabalho conjunto revela-se mais consistente, com poucas falhas e com a originalidade e peculiaridades que só o trabalho coletivo proporciona.

Kuenzer (2001, p. 71) afirma que os profissionais da educação fazem uma inversão entre a proposta e a situação: “ao invés da proposta adequar-se à situação, é a realidade que deve ajustar-se à proposta. Em decorrência dessa inversão, os insucessos são sempre justificados pela ‘inadequação da realidade’ e nunca pela inadequação dos modelos.” Na verdade, a forma escolhida de estruturação do PPP da escola não está errada, entretanto, algumas propostas da literatura revelam-se insuficientes, uma vez que é necessário o conhecimento da escola, de seus alunos, professores, da comunidade na qual ela se insere, o que deve ser feito pelo corpo de sujeitos presente em cada escola, de forma conjunta e refletida.

O marco Doutrinal, presente no PPP da instituição, também é generalizado, o que indica a ausência de um trabalho de reflexão sobre os verdadeiros motivos da produção desse documento, se iria ou não atingir os seus objetivos. Vasconcelos (1995) define o marco Doutrinal como o conjunto de critérios que orientam a instituição de ensino, que definem sua direção ou horizonte. É a proposta, assumida pelo grupo, de educação, indivíduo e sociedade. “Ao planejar é preciso que se saiba onde se pretende chegar” (KUENZER, 2001, p. 71).

MARCO DOUTRINAL

a) *A sociedade que queremos construir: Mais justa e pacífica, onde o conhecimento produzido seja voltado para o desenvolvimento humano, e o cidadão atue como membro participativo, exercendo sua cidadania e garantindo qualidade de vida. Uma sociedade que valorize a pessoa humana, sem preconceitos ou discriminação.*

b) *A educação que precisamos assumir: Uma educação voltada para a melhoria da qualidade de ensino, onde os valores culturais, as diferenças e os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Uma educação participativa e emancipatória, multidimensional, onde sejam desenvolvidas as dimensões técnico-científicas, humanas e político-sociais, preparando o aluno para a vida (PPP da escola pesquisada).*

No marco Operativo esboçado no PPP, é apontado o que a escola deseja quanto ao próprio perfil de instituição de ensino e, conseqüentemente, de alunos, mas não o que se deve fazer, quais as ações a serem realizadas para alcançar suas pretensões. Na verdade, esse marco precisa ser a manifestação da opção das pessoas que o elaboram, com fundamentação teórica que explique o porquê dessa

opção. Deve ser específico de cada instituição, já que é um fim a ser alcançado, como um ideal ou uma convicção (GANDIN; CRUZ, 2011).

Pontos discrepantes também são perceptíveis ao longo do texto contido no PPP. No objetivo geral, por exemplo, fala-se em promover a formação de seres conscientes, questionadores, mas em seguida, o primeiro objetivo estratégico é elevar o desempenho acadêmico dos alunos nas avaliações internas e externas, como podemos ver a seguir:

OBJETIVO GERAL: Promover a formação de homens conscientes, comprometidos, questionadores, críticos e que busquem a coletividade e o bem comum tendo como princípios básicos a ética, a transparência e a cidadania.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Elevar o desempenho acadêmico dos alunos nas avaliações internas e externas [...] (PPP da escola pesquisada)

Como a criticidade e a consciência cidadã podem ser promovidas através de avaliações que visam somente mensurar a quantidade de informações que o aluno apreendeu e que reproduz (in)conscientemente durante o ano letivo? Essa incoerência estabelecida dentro do próprio PPP, que põe em questionamento o seu objetivo como documento norteador escolar, revela a deficiência existente nas escolas quanto ao comprometimento com seu próprio plano de trabalho, com as doutrinas as quais se identifica, com os valores que apregoa e, principalmente, que exerce como instituição formadora dentro da sociedade.

Os planos de ação da escola apresentados no PPP, consideram somente a aprovação e matrículas escolares, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o intuito de aumentar seus índices e notas, além do abandono escolar, com foco na sua redução. Ademais esses planos, encontram-se presentes somente os planos de ação dos centros de aprendizagem (Laboratórios de Informática e Ciências, o Centro de Mídias e a Sala Multifuncional), que deveriam existir para todos os professores ou pelo menos para cada disciplina. Concordo com Demo (2009) em seu discurso sobre Educar pela Pesquisa, ao afirmar que:

As escolas querem fazer projetos pedagógicos coletivos. Mas os professores não têm um individual. Então, o que acontece? Eles se reúnem, conversam, conversam, [...] e chamam aquilo de projeto coletivo. Qual é o conselho que eu daria para eles? Primeiro, vamos fazer o individual. Se você reunir trinta professores e cada um tem o seu projeto bem elaborado, você faz uma bela discussão. Você tem trinta opiniões bem fundamentadas, trinta contribuições (DEMO, 2009, p. 28).

8

É estabelecida no PPP, a proposta curricular para cada disciplina, contendo competências e habilidades necessárias aos alunos, o conteúdo do ano letivo, dividido por bimestre, e o detalhamento desse conteúdo (em alguns casos, com objetivos específicos). Essa proposta curricular é dividida por série (1º, 2º e 3º anos) para cada disciplina. Entretanto, as propostas são as mesmas para todas as séries, isso em algumas disciplinas. Gandin e Cruz (2011) lamentam a redução do “plano” ao “programa”, ou seja, uma lista de conteúdos a serem trabalhados durante o ano.

Essa redução do ‘plano’ ao ‘programa’ e essa descrença no planejamento têm lógica, uma vez que qualquer professor, depois de dois ou três anos de magistério, não precisa fazer planos por escrito para repassar um conteúdo sobre o qual ele não toma decisões, que ele conhece bem (ou mal) e sobre o qual já trabalhou (GANDIN; CRUZ, 2011, p. 14).

O programa, da forma como está estruturado, não articula o conteúdo com a realidade vigente, nem mesmo se adequa com os objetivos aos quais a instituição se propõe de formação crítica e cidadã de seus alunos. Os conteúdos determinados no currículo da escola devem estar de acordo com os compromissos que ela própria estabeleceu em seu PPP. Isso inclui os compromissos sociais, políticos e econômicos, a garantia de liberdade e o respeito à diversidade de culturas, gêneros, identidades, cores e crenças e não somente de ensino.

4 Considerações finais

Não se pode propor uma fórmula absoluta e inquestionável para o planejamento, nem mesmo uma receita de bolo que determine como deve dar-se o planejar das escolas. Na verdade, “quem detém o saber específico geralmente não dispõe de mecanismos de conhecimento da realidade concreta” (KUENZER, 2001,

p. 62). Do mesmo modo, “acumular os fatos não significa conhecer a realidade; torna-se necessário compreendê-los como partes estruturais da totalidade” (Ibid., p. 67).

Essa totalidade pode ser referida ao conjunto de fatores que rodeiam a escola: a sociedade, os acontecimentos, as relações com as pessoas, sejam elas pais, alunos ou funcionários. Assim, ser uma escola que planeja de fato, é ser capaz de identificar e conhecer as partes, as frações; é saber qual o papel que cada uma exerce e como inseri-las corretamente nos diversos contextos específicos, para compreender a totalidade. Dessa forma, a realidade concreta e os fatores a ela imbricados (totalidade) devem ser desmembrados, para então, serem trabalhados. Como afirma Kuenzer (2001, p. 61), “em cada situação concreta, dada a sua especificidade, a relação entre as diferentes instâncias e a distribuição das responsabilidades dar-se-á diferentemente, determinada pelas condições do meio”.

Esse olhar sobre o PPP, que se pretendeu e se faz aqui, nasceu da busca por tentar entender a forma como o planejamento é concebido em esfera ampla na escola, pois conhecendo-o, é possível aperfeiçoar-se constantemente no que tange ao trabalho pedagógico e social desenvolvido, de quebrar paradigmas vigentes e de aprimorar capacidades para participar da construção de novos horizontes, de outras realidades.

A partir da análise realizada, foi possível perceber que o PPP, em vez de ser um instrumento que norteie as ações da escola, embasando práticas e servindo de ponto de partida para as mudanças educacionais e sociais, é apenas um documento feito para cumprir burocracias e protocolos.

A construção coletiva, que deve dar-se a fim de produzir um documento denso, que proporcione o agir de forma consciente da escola, que promova uma avaliação crítica sobre o trabalho realizado, onde se retomem e reutilizem estratégias e se busquem novos caminhos para percorrer, não foi percebida no documento. Dessa forma, acredita-se que devem ser promovidas formações acerca do planejamento escolar, para possibilitar a reestruturação de conceitos e a colocação coletiva de dificuldades, na intenção de serem buscadas, dentro do grupo de elaboradores do PPP, soluções viáveis. Na verdade, se o ser humano utiliza-se

atualmente da educação escolar como um dos degraus para alcançar seu projeto de vida, então é necessário que a escola planeje as ações educativas que realiza, totalmente voltada para as mudanças, numa perspectiva construtivista.

Planejar é uma ação séria, que exige foco, integração, articulação e continuidade. O planejamento fundamenta a educação e a ela atribui uma direção. É por meio dele que podemos satisfazer as necessidades da escola, ou seja, compreender aquilo que a realidade exige e expressa, apresentando soluções aos problemas, configurando-se assim, numa atividade puramente reflexiva.

O planejamento complementa a educação escolar, acentuando sua eficiência. Faz com que não seja concebida de qualquer forma, propõe-lhe um sentido que ultrapassa o simples ensinar, é ação pela qual se busca melhorar seu andamento, que lhe permite ser avaliada, repensada, reestruturada. O planejamento é uma oportunidade de questionar as ações a serem desenvolvidas e, talvez promover transformações a partir e por meio delas e que contribuam para a melhoria da educação.

Referências

CALAZANS, M. J. C. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. In: KUENZER, A. Z.; CALAZANS, M. J. C.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-34.

DEMO, P. **Educação pela pesquisa**. Belo Horizonte: CEDIC, 2009.

GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KUENZER, A. Z. Política educacional e planejamento no Brasil: os descaminhos da transição. In: KUENZER; CALAZANS, M. J. C.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 55-88.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez editora, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. 2. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

ⁱ **Ana Vérica de Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5873-7329>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Crateús,
Departamento de Ensino, Laboratório de Biologia

Mestra em Educação e Especialista em Coordenação Pedagógica, ambas pela UFC; Graduada em Ciências Biológicas pela UECE e servidora efetiva do IFCE.

Contribuição de autoria: Realizou a pesquisa durante a realização de seu TCC, usando-o como base para produção desse artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3747573677342858>

E-mail: ana.verica@ifce.edu.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

ARAÚJO, Ana Vérica de. Um olhar sobre o projeto político e pedagógico escolar. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021.